



IMPLICAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA TEOLÓGICA

Oswaldo de Paula Mendonça¹

RESUMO

Este trabalho de pesquisa bibliográfico investigou as expressões da questão social brasileira na atualidade, começando pelo entendimento do que é questão social e suas implicações atuais. Analisou-se suas origens, atores e expressões no cenário brasileiro e as desigualdades decorrentes da Questão Social, estudando cada uma de suas consequências. Depois, analisou-se a Questão Social no contexto neoliberal analisando detalhadamente cada item, para se compreender com mais amplitude as consequências da Questão Social, em especial alguns dos fenômenos mais cruéis, como a favelização, a segregação, miséria, trabalho infantil, desemprego, a violência e seus tipos. Discorreu-se de cada item em separado para se ter uma noção mais completa da problemática. Uma vez confrontado os autores e suas respectivas posições doutrinárias, fechou-se este estudo com uma análise desta problemática no âmbito dos estudos teológicos, elaborando-se uma conclusão sucinta. A fundamentação teórica deste trabalho contou com teóricos consagrados no tema, como Montañó (2001), Netto (2001) e Marx (1984).

Palavras-chave: Questão social. Sociedade. Pobreza

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como tema as expressões da *Questão Social brasileira* na atualidade. A abordagem deste trabalho está direcionada para as gritantes diferenças sociais entre ricos e pobres no Brasil, principalmente no que diz respeito à inserção do indivíduo na vida em sociedade e a cosmovisão teológica relacionada.

É sabido que os operários produzem a riqueza e os capitalistas logo tomam posse dela, ignorando qualquer benefício social da riqueza produzida. Nesses termos, propõe-se aqui um estudo sobre a origem da Questão social aliada à questão da acumulação primitiva dos bens e capitais.

Para Marx, a acumulação inicial do capital é a fase de formação das bases do modo econômico capitalista. Trata-se de um período histórico no

¹ Mestrando em Teologia na Ivy Enber Christian University.



qual ocorre a ruptura do produtor com os meios de produção. Esse fenômeno acaba por gerar a Questão social, objeto deste estudo.

No sentido de delimitar o tema para um maior enfoque, este trabalho tratará especificamente da Questão social no Brasil e suas inúmeras facetas. Para tanto, questiona-se como se dão as expressões da Questão Social na sociedade brasileira a partir do entendimento de estudiosos e de que forma elas contribuem para a estagnação da sociedade em relação à pobreza e a desigualdade social, objeto de análise dentro da perspectiva teológica.

Para responder a essa pergunta, buscou-se chegar aos fatores que contribuíram para o crescimento vertiginoso das desigualdades da sociedade brasileira contemporânea, de uma maneira tão ampla que permita uma reflexão sobre essa temática e fundamente mais pesquisas no sentido de que outros trabalhos proponham metodologias de combate à miserabilidade e promovam a redução dessas desigualdades.

Uma pesquisa bibliográfica foi empreendida com objetivo de se identificar a Questão Social expressa numa contradição capital do modo capitalista de produção, ou seja, na contradição oriunda na produção e na apropriação da riqueza produzida nesta sociedade.

Este trabalho se justifica em devido à necessidade de se conhecer a história da formação social brasileira no que diz respeito ao desenvolvimento das desigualdades sociais, em alguns casos tratada como mazela de origem espiritual e, portanto, sem solução viável. Sendo assim, torna-se necessária uma investigação bibliográfica que apontem as causas desta desigualdade e fomentem mais pesquisas no sentido de se compreender com mais precisão a Questão social no país.

Além disso, é imperioso que se compreenda as mazelas sociais para que as ações de resgate social possam ser um instrumento de ação humana, no sentido de que os valores sociais possam ser iguais para todos os indivíduos



e que a sociedade se torne mais humana e igualitária, oferecendo condições de vida digna para todos os seres humanos.

Nesse sentido, torna-se necessária uma investigação bibliográfica que apontem as causas desta desigualdade e fomente mais pesquisas no sentido de se compreender com mais precisão a Questão Social no país e por consequência se estabeleçam diretrizes de trabalho que combatam seus efeitos.

Para realização desta pesquisa buscou-se livros, sites, revistas e periódicos que tratam da temática social, elencando textos relevantes onde se pode extrair a opinião de variados teóricos que abordam o objeto desta pesquisa. Nos livros foram procurados capítulos que abordam o tema sucintamente, em periódicos deu-se a preferência pelos mais recentes e na internet utilizou-se de determinadas palavras chaves compostas como Questão Social, Sociedade e Pobreza.

A pesquisa foi realizada em sites recomendáveis, como a biblioteca na USP, o Google Acadêmico entre outros e depois de selecionados os textos, procedeu-se a uma leitura crítica e selecionou-se ideias e conceitos. Feito análise de confronto de variados teóricos, procedeu-se à elaboração de um relatório, resultando nesse trabalho.

A QUESTÃO SOCIAL

A expressão “Questão social” vem de um histórico recente e começou a ser utilizada por sociólogos e historiadores já na terceira década do século XIX. A expressão serve para dar nome a um fenômeno crescente nesta época e ainda hoje: a pobreza extrema. Esta pobreza é resultado do capitalismo selvagem que crescia ao mesmo tempo em que a produção aumentava (NETTO, 2001). O conceito de Questão social está diretamente relacionado com a gritante contradição da dicotomia capital versus trabalho.

Carvalho e Yamamoto (1983) explicam melhor, dizendo que:



A Questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão CARVALHO E IAMAMOTO, (1983, p.77).

Teles (1996) completa, dizendo que

A questão social é a aporia das sociedades modernas que põe em foco a disjunção, sempre renovada, entre a lógica do mercado e a dinâmica societária, entre a exigência ética dos direitos e os imperativos de eficácia da economia, entre a ordem legal que promete igualdade e a realidade das desigualdades e exclusões tramada na dinâmica das relações de poder e dominação. (TELES, 1996, p. 85)

Nesses termos, pode-se dizer que Questão social é uma contradição elementar do sistema capitalista, fundamentada na produção e apropriação da riqueza social. Os trabalhadores produzem a riqueza, mas os capitalistas ficam com ela, não deixando os produtores usufruir da riqueza por eles produzidas, senão no mínimo necessário para que possam produzir mais.

A Questão Social apareceu com a premissa de exigir a formulação de políticas sociais em favorecimento do proletariado, que estava em situação de pobreza crescente.

O iniciado processo de urbanização e industrialização originou o empobrecimento da classe trabalhadora, mas também os conscientizou da situação e das condições em que trabalhavam. Nesse sentido, a Questão social atingiu contornos alarmantes, principalmente para a burguesia, que teve que recorrer às ações concretas que resultaram em políticas sociais

Hoje, a Questão Social é mais relativa à ampliação do trabalho na sociedade capitalista promovendo a degradação do trabalho, a redução sistemática dos direitos trabalhistas e desaparecimento de muitos postos de trabalho. Tal se dá principalmente quando o Estado intervém e retira o cidadão do campo social com cortes, privatizações e outras medidas drásticas.



A Questão social também está diretamente relacionada com as desigualdades sociais, o que acaba favorecendo o desenvolvimento do chamado Terceiro Setor na sociedade, o que só tem agravado ainda mais a situação. Nesses termos, o Estado costuma intervir novamente, mas dessa vez criando programas e projetos para auxiliar os necessitados e desenvolvendo políticas que aparentemente, propõe medidas de mudanças nos rumos da economia.

A ORIGEM DA QUESTÃO SOCIAL NA CONCEPÇÃO DE MARX

A investigação da origem da Questão social direciona à questão da acumulação primitiva do capital. Para Marx (1984), a acumulação primitiva de capital é a fase de constituição dos fundamentos do modo de produção capitalista.

Nesse período histórico teria ocorrido a separação do produtor direto dos meios de produção, um processo que ficou conhecido como a pré-história do capitalismo.

Marx (1984) leciona que

A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ele aparece como “primitivo” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde. A estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela (MARX, 1984, p.262).

Os principais atores do processo de produção capitalista surgem decorrentes da acumulação primitiva de capital, onde de um lado estão os capitalistas, detentores dos meios de produção e de outro, os trabalhadores que dispõem somente de sua força de trabalho. No processo de segmentação entre as duas classes repousa a origem do modo capitalista de produção.

Nesses termos, o próprio histórico da acumulação primitiva de capital confunde-se com o da constituição destas classes sociais, ou seja, o capitalista e o proletariado, oriundos das fileiras dos camponeses expropriados, que



formariam a estrutura básica social e econômica do sistema capitalista de produção.

Apenas depois do processo de acumulação primitiva, em que os donos do dinheiro e dos meios de produção passam a adquirir como uma mercadoria qualquer força de trabalho, é que o sistema capitalista de produção logrou êxito em reproduzir-se como sistema dominante.

De fato, todos os meios de produção, incluindo as terras e a força de trabalho, foram transformados em mercadorias controlados pelo dono do capital. Essa estratégia, desenvolvida pela acumulação primitiva, garante ao sistema a possibilidade de manter uma continuidade e a regularidade da produção de mercadorias, que por sua vez garantem a continuidade da acumulação do capital, num círculo vicioso aparentemente sem fim (MARX, 1984).

O modo feudal de superação das relações sociais, em vigor durante o processo de acumulação primitiva, manteve o domínio da produção agrícola direcionada para o mercado. Desse modo, o proletariado viu-se forçado a adquirir também os próprios bens de subsistência para sua própria sobrevivência. É imperioso ressaltar que apenas com a expropriação dos trabalhadores dos meios de produção e de subsistência é que será possível forçá-los a vender sua força de trabalho, trocando-a, literalmente pela sua própria sobrevivência (MARX, 1984).

O proletariado deverá, nesse modelo econômico comprar no mercado os meios para sua sobrevivência e de sua família. Com isso, a formação de um mercado de trabalho regular é condição indispensável para a subsistência desse sistema de produção.

O CASO DA INGLATERRA

Evidentemente, a acumulação primitiva de capital terá diversas facetas dependendo de cada país ou região. Marx (1984), estudando a questão, resolveu analisar o sistema dentro do território inglês. Esse processo que



culminou com a expropriação da base campestre, o cerceamento das terras comuns, a apropriação das terras da Igreja, e o advento de uma legislação punitiva para a vadiagem e a mendicância, resultaram na acumulação de capital na Inglaterra por aqueles que na ocasião estavam em vantagem.

Marx diz que o processo teve seu início com a vasta expropriação de terras dos camponeses, ocorrida entre os séculos XV e XVI. Todavia, esse processo não logrou garantir a formação de um mercado de trabalho regular para a indústria que despontava e ofertou demasiadamente a mão de obra ao modo capitalista de produção, negando-lhes condições para serem consumidores, já que os salários eram demasiadamente baixos (MARX, 1984).

Com a organização de um Estado forte, apto a representar os interesses da elite capitalista, foi assegurada a disciplina de trabalho regular por meio de coerção e da violência física e moral sobre os menos favorecidos, ou seja, camponeses expropriados, que passaram a oferecer sua mão de obra com salários ainda mais baixos.

Marx diz que esses camponeses não podiam ser absorvidos pela manufatura na mesma proporção em se tornavam disponíveis. Isso acabou resultando numa grave crise social, explícita no aumento do número de mendigos, ladrões e desocupados (MARX, 1984).

Para reprimir os desocupados, as chamadas “leis sanguinárias” tentaram coibir de forma violenta a mendicância e a vadiagem no século XVI, obrigando aqueles que não tinham trabalho a procurá-lo, e ao antigo camponês a se sujeitar ao trabalho na manufatura, ou em outro lugar onde pudesse trabalhar. Esse projeto foi levado a cabo pelo Estado, que além de garantir a oferta de força de trabalho regular, via coerção e opressão violenta e moral, ainda conseguiu manter os salários num patamar tão baixo que só beneficiava àqueles que buscavam a acumulação de capital (MARX, 1984).

Marx (1984) chama a atenção o fato de que:



Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformados em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura. (MARX, 1984, p.277).

Engels (1985) relatando a situação da classe operária inglesa, sobretudo na cidade de Manchester, onde observou durante vinte meses, ressalta que as condições de vida eram as piores possíveis:

Para resumir o resultado das nossas perambulações através dessas localidades, diremos que a quase totalidade dos 350 mil operários de Manchester e dos seus arredores habita em casas de mau estado, úmidas e sujas; que as ruas por onde têm de passar estão na maior parte das vezes num estado deplorável e extremamente sujas e que foram construídas sem o menor cuidado de ventilação, com a única preocupação do maior lucro possível para o construtor. Nas habitações operárias de Manchester não há limpeza, nem conforto, e portanto não há vida familiar possível; só uma raça desumanizada, degradada, rebaixada a um nível bestial, tanto do ponto de vista intelectual como moral, fisicamente mórbida, poderia sentir-se à vontade e sentir-se em casa. (Engels, 1985, p.77).

Então, ou o proletariado se adaptava à ordem burguesa ou caíam no alcoolismo, demência, suicídio, na prostituição. Em alguns casos, aos miseráveis não restava alternativa a não ser a revolta, revolução e as greves.

Sob essa realidade, não demorou que os operários se organizassem em sindicatos e agremiações com objetivo de se protegerem mutuamente, as melhorias das condições de trabalho e o fortalecimento da luta operária. Iniciou-se aí um novo capítulo da história social que também chegou ao Brasil.

A QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL

As implicações da posse injusta pelos capitalistas das riquezas produzidas pelos trabalhadores são as piores possíveis. Entre elas, destacam-se o analfabetismo, a violência, o desemprego, a marginalização social, a fome, a exclusão política, entre outras.

O acúmulo primitivo de capital assumiu formas variadas dependendo de cada região onde foi observado. Marx (1984) analisou o fenômeno na Inglaterra e notou que o processo se deu com a derrocada da base fundiária dos indivíduos do campo, a apropriação pela igreja das terras destes e o



advento de uma legislação opressora para com o pobre, punindo a vadiagem, a mendicância e reduzindo salários.

Não raro, surgem padrões de vida bem abaixo da qualidade que o ser humano deveria ter direito. A miséria impõe estilos de vida duros, ocupações profissionais sem qualquer garantia social quando não leva os indivíduos ao crime e às consequências deste.

No Brasil o desenvolvimento social foi caracterizado pela exclusão de diversos setores da sociedade, principalmente pessoas que ficaram à margem das primícias da modernidade e da economia, bem como da vida social e da política (LOPES, 2010).

Para Marx (1984, p.277):

Assim, o povo do campo, tendo sua base fundiária expropriada à força e dela sendo expulso e transformados em vagabundos, foi enquadrado por leis grotescas e terroristas numa disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, por meio do açoite, do ferro em brasa e da tortura.

Juliani (2011) corrobora e aduz que as principais razões para a permanência deste longo histórico de pobreza se dão por razões muito mais culturais do que políticas, embora ambas se relacionem. Para o autor, a pobreza não se resume à ausência de posse material, mas também à cultural. O país traz uma herança escravagista fortemente associada à exclusão social e étnica, se convertendo numa situação atual com poucos ganhos para algumas minorias, como os negros e índios.

Pereira (2009, p.188) diz que

O Brasil é um grande país com a grande maioria de seus habitantes vivendo nos centros urbanos. A economia, em termos per-capita, situa-se entre as mais desenvolvidas. Porém, os níveis de pobreza e desigualdade são muito maiores, estando entre os piores do mundo. Em sua maioria, a pobreza é urbana, localizada na periferia das grandes cidades.

Juliani (2011) acha também que a Questão social brasileira é o resultado de uma política oligárquica que prestigiou as elites sem que a maior parte da população do país pudesse interagir, a não ser legitimando através



do chamado “voto de cabresto”, o poder político social. Essas condições não só manteve o pobre estagnado socialmente como também toda a sociedade num atraso que ainda hoje não pode ser recuperado.

Segundo Pereira (2003 p. 119)

Os graves desafios atuais são produtos da mesma contradição entre capital e trabalho, que gerou a Questão social no século XIX, mas que, contemporaneamente, assumiram enormes proporções e não foram suficientemente problematizados.

Não se pode simplesmente ver a Questão social. Pode-se apenas ver suas consequências. Além das já mencionadas, a cada dia surgem novas condições desumanas associadas ao capitalismo selvagem. Favelas surgem e crescem no meio de grandes centros, hospitais públicos sofrem com redução de leitos, inadimplência no comércio e muito mais. Ou seja: o próprio capitalismo sofre com as consequências da Questão social.

OS ATORES DO DRAMA DA QUESTÃO SOCIAL

O trabalho de intervenção do social no ambiente das desigualdades dos indivíduos produzidas pelo capitalismo, ou mais necessariamente dentro da Questão social, é de fato uma retórica indiscutível. No entanto, se considerar que a Questão social se constitui em objeto de uma única profissão estará minimizando o problema, já que entender a Questão social como objeto específico do Serviço Social por exemplo, o que não é verdade.

Por outro lado, se considerar o alcance mais amplo do conceito de Questão Social, facilmente se concluirá que as mais diferentes ocupações profissionais têm suas ações por ela determinadas, como o profissional de saúde que atende o indivíduo doente em decorrência da desnutrição ou o policial que socorre a vítima da violência urbana, o ministro religioso que trata da alma e outros com funções variadas.

Ainda há aqueles que, de modo indireto, são responsáveis pelas desigualdades sociais. Todos que apostam no capitalismo ou que de alguma forma investem nele como a forma perfeita de produção da vida social pode ser responsabilizado pela Questão Social.



Da mesma forma, os governos – em especial os que adornam a política neoliberal – e suas ações expressas nas políticas econômicas, sociais ou culturais, forjadas para manter dominadas as classes que vivem da força de trabalho estão diretamente relacionados com a Questão social.

Portanto, para se determinar a Questão Social como objeto de trabalho apenas de uma determinada classe de estudo, é preciso ignorar todas as suas facetas e implicações históricas. O problema é por demais amplo para ser tratado numa ótica minimalista e precisa ser compreendido de maneira mais ampla e homogênea, a fim de que se compreendam todos os fatores envolvidos, o que significa que também os teólogos precisam se ocupar do tema.

Compete, pois, a todos os segmentos sociais a busca de soluções para a problemática do Brasil. Os profissionais de diversas áreas do conhecimento precisam decifrar as mediações que na atualidade permeiam a Questão social, desfazendo seus nós.

EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

A desigualdade social brasileira tem causado **uma variedade de problemas como o desemprego, violência, desnutrição e fome e outras mazelas causam desequilíbrios no clima político** e social do País.

A Questão social é vista por muitos como uma responsabilidade exclusiva do governo e dele esperam ações de minimização e combate. No entanto, os problemas advindos na sociedade em geral são frutos de carências múltiplas, em especial a pobreza. Se esta mazela social é vista como uma causa individual, normalmente é entendida como responsabilidade pessoal do indivíduo.

Assim, o grande desafio consiste em encarar as desigualdades sociais com responsabilidade e humanidade e ressaltar que as injustiças são muitas vezes toleradas porque não representam uma ameaça direta à burguesia que se perpetua no poder.



Sob outra ótica, outras mazelas como a violência urbana e doméstica recebem maior atenção, já que representam ameaças ao poder, seja pela opinião pública ou pela visibilidade que recebem e como tal sofrem intervenção estatal. Nisso repousa a ideia de que a Questão social representa uma área que precisa ser mais bem compreendida para que a sociedade possa evoluir no País.

O processo de modernização do Brasil assinalou-se pela exclusão de diversos segmentos da sociedade nos setores modernos da economia, da vida social e do sistema político. Há quem explique a longa duração do estado de pobreza como não apenas sendo de ordem econômica, mas relacionado diretamente com instituições políticas e culturais.

Nesses termos, a pobreza se expressa de maneira muito maior do que a mera privação material e sua essência no Brasil provém de um tempo já distante, o período escravagista. Essa essência se configurou em meio a um jogo de interesses que planejava estruturar a sociedade brasileira na ordem social que interessava à elite, mas cheios de dilemas de um período conturbado e conflituoso da vida social urbana.

No início da década de 30 do século passado, a economia brasileira tinha como base dois tipos protótipos de atividades rurais. Uma delas, conhecida como “plantations”, explorava o cultivo de café para o mercado estrangeiro e a outra se resumia em atividades pouco produtivas para o consumo nacional. Em ambos os casos, a posse da terra era reservada à elite descendente dos colonizadores europeus, na maioria das vezes, obtidas por meio de concessões políticas.

Com uma mão-de-obra oriunda dos povos africanos escravizados até o século XIX e posteriormente a de seus descendentes posseiros, o quadro econômico social que antes era simplificado se converteria num mais complexo. Na área urbana a situação não era muito diferente, já que o país não possuía um parque industrial com condições de alavancar a economia e



muito menos de estabelecimento de organizações trabalhistas, que só viriam alguns anos depois.

No entanto, a Questão social já podia ser percebida. As condições de trabalho demasiadamente precárias, perigosas e insalubres e o estado de tensão era permanente em razão do descontentamento com essas condições e pela ausência de uma legislação trabalhista. Na época da escravidão, situação ainda mais adversa, o conceito comum era de que os africanos escravizados “mereciam” suas mazelas por serem adeptos de religiões “pagãs”, proscritas e, por extensão, amaldiçoados e castigados por Deus.

Alguns anos depois, o Brasil sofreu um intenso crescimento do processo de industrialização, o que resultou no impulso significativo rumo ao desenvolvimento econômico, social, político e cultural (Pereira, 1999).

Com a Revolução de 1930 ocorreram algumas mudanças no contexto sócio-político e econômico do Brasil, ficando de certa forma estabelecido um marco divisório entre a vigência do sistema agrícola e comercial, vinculado ao capitalismo internacional, e o urbano-industrial, direcionado para o mercado interno. Este último se desenvolvia rapidamente já que encontrava bases sólidas para expansão.

O país adentrou num período de desenvolvimento econômico mais acentuado, com forte aumento da taxa de crescimento populacional e de urbanização. Com as áreas urbanas recebendo a concentração da população não tardou surgir os problemas urbanos relacionados com assistência, educação, habitação, infra-estrutura básica e outros.

Com a consolidação do processo de industrialização, a concentração da renda se consolidava, aumentando as desigualdades sociais e por extensão, as tensões nas relações operárias, por fim agravando-se a Questão social. Torna-se imperioso destacar que o governo que assumiu o poder logo após a Revolução de 30, reconheceu a existência da Questão social, interpretando-a como uma questão política, de enfrentamento estatal.



Gorender (1990) ressalta que,

Como no passado, estes altos níveis de pobreza são causados por uma combinação de heranças, condições e escolhas de natureza econômica, política e cultural. É inócua supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser eliminadas pela simples “vontade política”, ou pela redistribuição de recursos dos ricos para os pobres. (GORENDER, 1990 p. 23).

Se analisar a sociedade brasileira, que é caracterizada por um desenvolvimento tão disforme, compreender-se-á que tal ocorre em função da ação de alguns grupos que se beneficiaram mais, enquanto outros ficam estáticos à margem do processo.

Gorender (1990) explica que esse desenvolvimento desigual é notado na sociedade como a brasileira porque esta iniciou seu processo de crescimento e mudança estrutural com desigualdades tão elevadas na distribuição de renda, riqueza e oportunidades e jamais puderam ser atenuadas pelo desenvolvimento.

Lefebvre (2001) completa pontuando que a partir da posse da terra e sua produção pelo regime capitalista, a demanda de trabalho no campo caiu drasticamente e na mesma proporção com que se incrementou a acumulação do capital, direcionando a população do campo para a área urbana.

Ainda de acordo com Gorender (1990), a industrialização e a modernização aconteceram, de forma mais ampla na região Centro—Sul do país, principalmente na região onde se está localizada a metrópole paulista. Com o forte crescimento econômico após a Segunda Guerra Mundial, os centros industriais em crescimento passaram a exigir levas de mão-de-obra que excediam seu crescimento populacional, chamando a atenção de fluxos crescentes de migrantes em busca de melhores condições de vida.

Hoje, a indústria provoca uma verdadeira evolução nas atividades agrícolas que reflete diretamente nas relações sociais. Provoca o crescimento da superfície cultivada, geração de divisas, mas também diminui consideravelmente a população rural, provocando êxodo e transformando o típico camponês num indivíduo assalariado. “O modo de produção capitalista



substitui a exploração rotineira da terra pela aplicação tecnológica da ciência” (Lefebvre, 2001, p. 145).

A despeito de todos os avanços experimentados depois do período histórico de formação social tão conturbado, o Brasil é hoje um país com a maior parcela de seus habitantes vivendo em grandes centros urbanos. A economia situa-se entre as que mais despontam no cenário internacional, mas que ainda enfrenta níveis de pobreza e desigualdade incompatíveis com o ideal de vida deste século, não raro comparados aos piores do mundo. A pobreza brasileira é urbana, localizada na periferia das grandes metrópoles, esquecidos pelo Estado e, não raro, explorado por pseudoministros religiosos.

O ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL NO CONTEXTO TEOLÓGICO

Por Questão social entende-se o conflito entre o capital e o trabalho, e a problematização das necessidades sociais por sujeitos que buscam efetivamente respostas políticas para as necessidades da população através da efetivação de políticas públicas. A Questão Social tem como fundamento o reconhecimento de um conjunto de novos problemas vinculados às modernas condições de trabalho urbano.

No entanto, autores, atores sociais e profissionais brasileiros que atuam nesse segmento contrapõem-se a essa discussão considerando que embora exista uma nova ordem política, a raiz da Questão Social é a mesma, ou seja, a contradição entre o capital e o trabalho, a desigualdade social, a pobreza, o desemprego, a precariedade das condições de trabalho, a exclusão social, a violência, etc.

Entre esses autores, Pereira (2001) destaca-se por defender a ideia de que a Questão Social é velha e conhecida, mas discorda de alguns teóricos que afirmam que hoje a Questão Social se apresenta de maneira diferente, como se novos paradigmas tivessem sido formados.

Pereira (2001) explica:



Muito tem se falado de uma “nova Questão Social” e da necessidade de enfrentá-la no marco das transformações econômicas e políticas contemporâneas. No entanto, devo confessar que, apesar de estar consciente que estamos diante de colossais desafios sociais - que se apresentam como inéditos e desconhecidos - não tenho clareza da existência real de uma “nova Questão Social”. (PEREIRA, 2001, p.51)

Fatores externos como, entre outros, os avanços tecnológicos e científicos, a globalização, o neoliberalismo, as privatizações, a escassez do mundo do trabalho, a reorganização do capital e a influência do mercado internacional provocaram grandes mudanças no âmbito econômico e social do país. Então, o Estado é quem ainda continua a atender a Questão Social por meio das políticas sociais, mas é preciso que outros segmentos da sociedade promovam ações de intervenção.

Pereira (2001) ressalta que a política neoliberal se trata de um regime com fortes traços parasitários em que poucos se beneficiam da riqueza criada pelo investimento produtivo, sem oferecer contrapartidas.

Montaño (2001) lembra que

O fato de o Estado ser responsável pela resposta à “Questão social” significa que toda a sociedade é que tem essa responsabilidade, numa forma de “solidariedade sistêmica”. A sociedade é que é responsável pela resposta às seqüelas da “Questão social”, o Estado é, na verdade, o instrumento privilegiado de sua realização (MONTANO, 2001 p. 8).

A presença de políticas sociais é evidente, mas a forma como elas são aplicadas pelo Estado ainda são questionáveis. Como solução parcial da crise capitalista, o neoliberalismo visa à reconstituição do mercado, reduzindo ou até eliminando a intervenção social do Estado em diversas áreas e atividades. Nesse cenário, igrejas e ONGs têm espaço amplo de trabalho, preenchendo a lacuna deixada.

Então, o que era de responsabilidade do conjunto da sociedade passa a ser da própria sociedade. O que era sustentado pelo princípio da solidariedade universal passa a ser sustentado pela solidariedade individual, o que era desenvolvido pelo Estado passa agora a ser implementado no espaço local e o que era constitutivo de direito passa a ser atividade voluntária, fortuita, concessão e mera filantropia.



Vargas (2013) diz que

A política neoliberal não se ocupa dos pobres nem neles se impõe qualquer ação estatal de intervenção, senão o mínimo necessário para que a popularidade de um governo se mantenha estável. Isso significa que não se podem esperar muitas ações de governos neoliberais no sentido de enfrentamento das condições sociais adversas da população, exceto quanto essas condições também ofereçam algum tipo de perigo para o próprio governo (VARGAS, 2013 p. 45).

Neste sentido, o objetivo de retirar o Estado da responsabilidade de intervenção na problemática e de transferi-la para a própria sociedade, por meio de Organizações Não Governamentais (ONGs) não se deu por motivos de eficiência e nem apenas por razões econômicas, como reduzir os custos necessários para sustentar esta função estatal. Na verdade, o motivo é fundamentalmente político-ideológico, isto é, retirar e esvaziar a dimensão de direito universal do cidadão em relação a políticas sociais de qualidade e criar uma cultura de culpa para a sociedade pelas mazelas que afetam a ela mesma.

É, portanto, nesse cenário devastador que se demanda a ação de teólogos e outros profissionais comprometidos com a eliminação, ou, pelo menos, redução dos efeitos da Questão Social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando se apresentou o debate acerca da Questão Social como uma questão de políticas públicas, demonstrou-se que a metodologia política da reprodução da pobreza demandava um lugar central no debate em torno da problemática da pobreza e dos seus efeitos sociais. Então, deslocou-se a questão da esfera das consequências da pobreza para as causas.

Nesse sentido, a pesquisa ajudou a compreender o fenômeno da pobreza como uma questão que dizia respeito aos processos decisórios mais complexos que envolviam um emaranhado de atores políticos e sociais e que agiam de forma decisiva na ampliação da democracia, supondo nesta um conceito mais amplo.

Estava-se mobilizando atores sociais, movimentos da sociedade e outros na análise da política social e seus efeitos, bem como na avaliação da



efetividade dos processos de superação das desigualdades sociais e na perspectiva dos direitos sociais, ao invés de simplesmente contemplá-los ou intervir em suas consequências.

Nesse sentido, reflexões precedentes permitem considerar que a busca pelos fundamentos da questão social estão fundada num tipo de relação social determinante e própria da sociedade capitalista, onde a riqueza produzida por toda a sociedade é apropriada privadamente e o decorre disso é toda a problemática seguinte, analisada neste trabalho.

A análise da Questão Social está intimamente relacionada com a análise das formas de produção e reprodução da vida material do indivíduo, da cultural e espiritual, o que amplia a esfera de ação para diversas ciências.

Sendo assim, a própria existência da questão social hoje num patamar de maior complexidade, desmente a falácia de que a teoria marxista esteja em declínio. De igual forma, a análise de teóricos que envolvem este trabalho apontou para o fato de que a Questão Social não deu origem sozinha a todas as mazelas do mundo moderno, mas contribuiu para que algumas fossem majoradas.

A Questão Social então se converte num objeto de estudos relevante para o campo teológico exatamente na sua condição política, como objeto de disputas de projetos distintos na sociedade, que a constitui. Para quem não comunga com essa visão ou para aqueles que a consideram simplista, o entendimento indica que seu enfrentamento será possível apenas com a extinção do sistema econômico vigente, o que sabemos é uma utopia. Acredita-se no embate político envolvendo não somente o caso de algumas áreas do conhecimento, mas também as forças progressistas disponíveis para esse enfrentamento.

Desse modo, a pesquisa demonstrou que a Questão Social é por demais complexa para que se apresentem soluções milagrosas ou política públicas que sejam capazes de resolver a problemática das desigualdades sociais. Da



mesma forma, o capitalismo é uma realidade crucial e culpá-lo pelas mazelas seria exaurir-se de todos os esforços na vã tentativa de esconder o real motivo: a falência da sociedade humana, objeto de estudo contínuo da Teologia

REFERÊNCIAS

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. Editora Global. São Paulo, 1985.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. São Paulo: Ática, 1988.

IAMAMOTO, Marilda Vilela e CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil-17**. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 1995.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 14. ed. – São Paulo: Cortez, 1998.

JULIANI, Simon G. **Causas da Pobreza no Brasil: Um histórico social e político**. São Paulo: Etkos, 2011

LEFEBVRE, Henri. O capital e a propriedade da terra. In: A Cidade do Capital. Rio de Janeiro: DPYA, 2001.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro I, Cap. XXIV, p.261-294.

MONTAÑO, Carlos E. (2001) **O projeto neoliberal de resposta à “Questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”**. Disponível em http://www.pucsp.br/neils/downloads/v8_carlos_montano.pdf Acesso em 28 setembro 2020

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a propósito da “Questão social”**. In Temporalis. Ano II, Nº 3, janeiro a junho de 2001, ABEPSS, Brasília, 2001.

PEREIRA, Potyara, A. Perspectivas teóricas sobre a Questão social no serviço social. In: Revista Temporalis CFESS, 2003.

_____. A metamorfose da Questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: Capacitação em serviço social e política social, módulo 1: Crise contemporânea, Questão social e serviço social. Brasília, CEAD, 1999;

PEREIRA, Viviane S. **Expressões da Questão social no Brasil e população de Rua: Notas para uma reflexão**. Disponível em <http://libertas.uff.emnuvens.com.br/libertas/article/viewFile/1859/1308>. Acesso em 29 abril de 2020

TELES, Vera da Silva. Questão social: afinal do que se trata? São Paulo em Perspectiva, vol. 10, n. 4, out-dez/1996. p. 85-95

VARGAS, G. **Neoliberalismo e sociedade**. São Paulo: Didaké, 2013